

CORREIO ECONÔMICO

POR MARCELLO SIGWALT



Sem isenção, previsão é a majoração dos financiamentos

Fim de isenção do IR deve onerar crédito habitacional

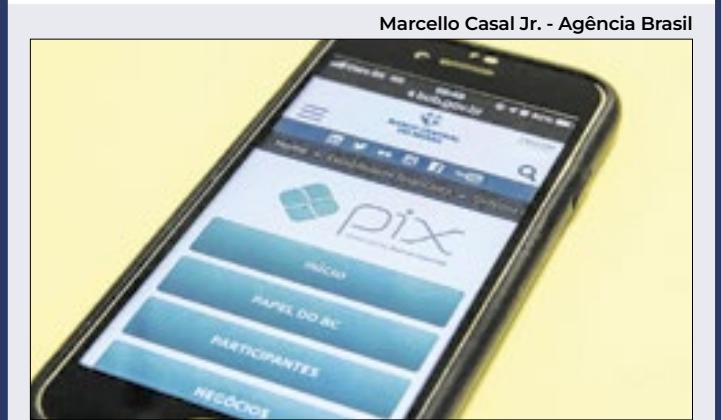
O possível fim da isenção do imposto de renda para as Letras de Crédito Imobiliário (LCIs) vai encarecer os financiamentos habitacionais, já que esses instrumentos são uma das principais fontes de recursos para o setor. A avaliação é da Associação das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (Abecip), em nota distribuída à imprensa.

Sustentação

A Abecip citou que as LCIs têm desempenhado um papel cada vez mais relevante na sustentação do mercado de crédito imobiliário, ante um cenário em que a caderneta de poupança, tradicional fonte de recurso do setor, vem apresentando retração nos volumes disponíveis.

Funding

As LCIs respondem por 17% do funding do setor, atrás apenas do FGTS, com 27%, e das cadernetas de poupança, com 32%, conforme balanço da Abecip, divulgado no fechamento de 2024. Em 2022, as LCIs eram apenas 12%, enquanto FGTS respondia por 27% e poupanças, 39%.



Marcello Casal Jr. - Agência Brasil

Volume de operações recorde atingiu R\$ 135,6 bilhões

Pix bate novo recorde, com 280 milhões de operações

Ao bater novo recorde na última sexta-feira (6), o Sistema de transferências instantâneas do Banco Central (BC), o popular Pix, atingiu 280 milhões de transações em 24 horas a usuários finais, superando de longe o recorde anterior, de 20 de dezembro do ano passado, que apresentou 252,1 milhões de movimentações.

Importância

Em comunicado, O BC acentua que “os números são mais uma demonstração da importância do Pix como infraestrutura digital pública, para a promoção da inclusão financeira, da inovação e da concorrência na prestação de serviços de pagamentos no Brasil”.

Concepção

Criado em novembro de 2020, o Pix acumulou, no fim de maio, 175,47 milhões de usuários, conforme as estatísticas mensais mais recentes. Desse total, 159,92 milhões eram pessoas físicas; e 15,56 milhões, pessoas jurídicas. Somente em abril, o sistema movimentou R\$ 2,677 trilhões.

Aceleração

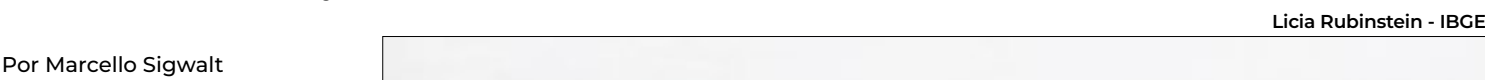
O Índice de Preços ao Consumidor – Semanal (IPC-S) acelerou em seis das sete capitais na primeira quadrissemana de junho, informou nessa terça-feira (10), a FGV. O índice acelerou o viés de alta, de 0,34% para 0,41%, de maio para a primeira quadrissemana de junho.

Brasília

A aceleração mais expressiva ocorreu em Brasília (0,35% para 0,67%); Recife (0,63% para 0,86%), Salvador (0,36% para 0,41%), São Paulo (0,39% para 0,44%), Porto Alegre (0,38% para 0,41%) e Belo Horizonte (0,08% para 0,10%). Já o Rio de Janeiro apresentou estabilidade (0,13%).

IPCA cai de 0,43% para 0,26%, na passagem de abril a maio

Grupo Habitação foi o grande vilão da carestia no mês passado



Por Marcello Sigwalt

Pressionado pela elevação dos preços da energia elétrica residencial – que após, a mudança, para amarela, da bandeira tarifária, saltou de uma deflação de 0,08% para uma forte alta de 3,62% – o grupo de Habitação avançou 1,19%, com impacto de 0,18 ponto percentual (p.p.), foi o grande ‘vilão’ da alta de 0,26% do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) em maio.

Apesar disso, o indicador oficial de inflação ficou 0,17 p.p. aquém do registrado em abril, que havia subido 0,43%.

Segundo dados divulgados, nessa terça-feira (10), pelo IBGE, o índice acumula variação de 2,75% no ano e de 5,32%, nos últimos 12 meses.

Ao avaliar a influência dos principais grupos de produtos e serviços pesquisados, o gerente da pesquisa, Fernando Gonçalves, comenta que “se olharmos para os três principais grupos, Alimentação e bebidas, Habitação e Transportes, que juntos possuem peso de 57% no



Alta de energia elétrica residencial em maio refletiu a mudança da bandeira tarifária

IPCA, observamos que a desaceleração dos alimentos, que saíram de 0,82% em abril para 0,17% em maio e a queda dos Transportes de 0,37%, acabam por compensar a alta de 1,19% do grupo Habitação, refletindo no resultado final do índice geral”.

Ainda a respeito da performance da energia elétrica,

Gonçalves entende que, “além do reajuste em algumas áreas pesquisadas e aumento nas alíquotas de PINS/COFINS, esteve vigente no mês de maio a bandeira tarifária amarela, com cobrança adicional de R\$ 1,885 na conta de luz a cada 100 KWh consumido”.

O grupo Alimentação e bebidas variou 0,17% em maio,

frente a 0,82% em abril, menor variação desde agosto de 2024, quando havia recuado 0,44%. Para essa retração, contribuíram as quedas: tomate (-13,52%); arroz (-4,00%), ovo de galinha (-3,98%) e frutas (-1,67%). Subiram: batata-inglesa (10,34%); cebola (10,28%); café moído (4,59%) e as carnes (0,97%).

Índice da Construção Civil tem queda

Em maio, o Índice Nacional da Construção Civil (SINAPI) apresentou variação de 0,43%. A taxa é 0,03 ponto percentual (p.p) abaixo da registrada em abril, que foi 0,46%. O acumulado nos últimos 12 meses foi de 5,01%, resultado superior aos 4,74% registrados nos doze meses imediatamente anteriores. Em maio de 2024 o índice foi de 0,17%. Os dados foram divulgados hoje (10) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e

Estatística (IBGE). O custo nacional da construção, por metro quadrado, que em abril fechou em R\$ 1.818,64, passou em maio para R\$ 1.826,53, sendo R\$ 1.051,98 relativos aos materiais e R\$ 774,55 à mão de obra. A parcela dos materiais apresentou variação de 0,51%, subindo 0,2 ponto percentual em relação a abril (0,31%). Se comparado ao índice de maio do ano anterior (-0,05%), houve aumento significativo de 0,56 ponto percentual. Já a parcela da mão de obra, registrou taxa de 0,33%. “O índice apresenta queda de 0,35 ponto percentual em comparação ao mês anterior e 0,13 ponto percentual em relação a maio de 2024”, explicou o gerente da pesquisa, Augusto Oliveira.

Nordeste lidera

A Região Nordeste, com alta em todos os estados e acor-

do coletivo firmado em Pernambuco, ficou com a maior variação regional em maio, 0,77%. As demais regiões apresentaram os seguintes resultados: 0,25% (Norte), 0,32% (Sudeste), 0,33% (Sul) e 0,18% (Centro-Oeste). Com alta na parcela dos materiais e acordo coletivo firmado nas categorias profissionais, Pernambuco registrou a maior taxa em maio, 2,88%.

País cresce 1/3 menos do que em 2024

O Banco Mundial espera que o ritmo de crescimento da economia brasileira desacelere. O Produto Interno Bruto (PIB) doméstico deve crescer 2,4% neste ano e 2,2% no próximo, o que representa uma queda de um terço em relação ao avanço de 3,4% visto no ano passado, conforme as novas projeções da organização, divulgadas nesta terça-feira, 10.

O menor ritmo de crescimento deve ser causado pelos juros altos e menor apoio fiscal, segundo o Banco Mundial. “As políticas monetárias restritivas do País e o apoio fiscal limitado pesarão sobre os investimentos e os gastos dos consumidores”, alerta o organismo, com sede em Washington, nos Estados Unidos.

Por sua vez, o crescimento da América Latina e Caribe deve se manter estável em 2025 e 2026, com índices de 2,3% e 2,4%, respectivamente, projeta



Reprodução Banco Mundial

Para instituição, juros altos e fiscal afetaram crescimento

o Banco Mundial.

O organismo revisou suas projeções para baixo de mais da metade das economias da região, sendo que a maioria deve desacelerar o passo, a exemplo do Brasil, exceto Argentina, Colômbia, Equador e Caribe.

Um dos países que sofre

uma revisão significativa nas projeções foi o México, que tende a ser o mais afetado pelas novas políticas comerciais dos Estados Unidos na gestão do presidente Donald Trump.

O Banco Mundial projeta que o Produto Interno Bruto (PIB) mexicano cresça apenas

0,2% em 2025, um corte de 1,3 ponto porcentual em relação à projeção anterior, mas retorne para um patamar de alta de 1,1% em 2026.

“O aumento das barreiras comerciais e dos níveis de incerteza no mundo todo estão pesando sobre a atividade comercial na América Latina e Caribe, principalmente no que diz respeito a exportações, investimentos e canais de confiança”, avalia o Banco Mundial, em relatório.

De acordo com o Banco Mundial, “a forte recuperação dos setores agrícolas do Brasil e do México compensou a contração da atividade industrial e a quase estagnação do setor de serviços no primeiro trimestre de 2025. Mas os indicadores de atividade econômica apontam para um crescimento regional mais fraco, considerando-se dados até maio”.

Aéreas: tributária poderá impor perdas

Entidades que representam as companhias aéreas que operam no Brasil divulgaram nessa terça-feira (10), uma carta conjunta com críticas a itens previstos na regulamentação da reforma tributária prevista.

No texto, questionam a ausência de isenções que já têm atualmente, mudança que não estaria alinhada com o que prevê a política tributária da Organização da Aviação Civil Internacional (Oaci).

Ao comentar as repercussões da medida, o setor avalia que a manutenção da tributação sobre passagens e serviços de voos internacionais contraria compromissos assumidos pelo Brasil na Convenção de Chicago e pode gerar perdas econômicas.

Estimativa apresentada na carta aponta que a nova carga tributária poderá reduzir a demanda por passagens entre 21% a 29% no mercado internacional e de 18% a 24% no

doméstico, afetando até 23 milhões de passageiros por ano.

A manifestação é assinada pela Associação Internacional de Transporte Aéreo (Iata), a Associação Latino-Americana de Companhias Aéreas (Alta) e a Junta de Representantes das Companhias Aéreas no Brasil (Jurcaib).

Os pontos questionados e as recomendações de ajustes foram enviadas para compor a consulta pública sobre a re-

gulamentação da reforma.

Considerações As entidades avaliam que o texto da Lei Complementar nº 214/2025, que regulamenta a reforma, ignora precedentes legais que garantem isenção de tributos como PIS/Cofins e ICMS sobre voos internacionais, sustentados por decisões judiciais, pareceres técnicos da Receita Federal e o princípio constitucional da reciprocidade.